présenter à Votre Excellence les assurances de ma très haute considération.—*Lichtervelde.*

Son Excellence Monsieur Barbosa de Magalhães, Ministre des Affaires Étrangères.

Ministério dos Negócios Estrangeiros — Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares — 1.^a Repartição — Processo n.º 485/21 — Lisboa, 13 de Julho de 1922.—*Sr. Ministro.*—Por nota, datada de hoje, dignou-se V. Ex.^a informar-me que o Governo do Luxemburgo, invocando o artigo 5.º da Convenção, de 25 de Julho de 1921, que estabeleceu com a Bélgica uma união económica, pedira que as declarações comerciais de 11 de Dezembro de 1897 e de 22 de Janeiro de 1920, entre Portugal e a Bélgica, fôsem tornadas extensivas ao Grão-Ducado. E, em nome do Governo de Sua Majestade o Rei dos Belgas, formula V. Ex.^a essa proposta.

Em resposta, tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a que o Governo da República concorda em aplicar ao Luxemburgo, em regime de reciprocidade e emquanto estiver ligado à Bélgica por uma união económica, as declarações comerciais vigentes entre Portugal e a Bélgica.

Aproveito o enseio para reiterar a V. Ex.^a os protestos da minha alta consideração.—*Barbosa de Magalhães.*

Sr. Conde B. de Lichtervelde.

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, 13 de Julho de 1922.—O Director Geral, *A. de Oliveira Soares.*

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior

1.^a Repartição

Lei n.º 1:290

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º São isentos de qualquer contribuição ou imposto, incluindo direitos aduaneiros, as aquisições de bens mobiliários ou imobiliários que, directamente ou pelo seu produto, se apliquem à fundação, melhoramento ou sustentação de institutos de utilidade pública, sem carácter de exploração industrial ou comercial e destinados a trabalhos de investigação ou propaganda científica.

§ único. Para os efeitos d'este artigo a utilidade pública dos institutos nele referida será previamente reconhecida pelos Ministros das Finanças e da Instrução Pública em decreto fundamentado, publicado de teor no *Diário do Governo*, e a aplicação exclusiva dos bens ao fim proposto será assegurada, em cada caso, mediante as garantias necessárias.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças e da Instrução Pública a façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 15 de Julho de 1922.—ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA—*Albano Augusto de Portugal Durão*—*Augusto Pereira Nobre.*